



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025

A Prefeitura Municipal de Mirador do Maranhão, por intermédio de seu Pregoeiro(a), infra constituído e designado pela **portaria Nº 013/2025**, de 08 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, conforme consta no **Processo Administrativo nº 047/2025**, no presente Edital e seus anexos.

A Licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie e da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, subsidiariamente, no que couber, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS, DESCARTÁVEIS, COBERTURAS OBTUÁRIAS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E ANTISSEPTICOS DERMATOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MIRADOR/MA.	
Esclarecimentos/Impugnações: Até 07/01/2026 às 23:59 horas para o site https://www.licitamiradorma.com.br/ .	
Início da Sessão Eletrônica: Dia 12/01/2026 às 14:30 horas	
Sistema Eletrônico Utilizado: LicitaGov. Endereço para retirada do Edital: https://www.licitamiradorma.com.br/ e http://www.transparencia.mirador.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce;	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	☒ Valor: R\$ 637.534,49 (SEISCENTOS E TRINTA E SETE MIL QUINHENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS). ☒ Estimado ☐ Máximo ☐ Referência ☐ Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO:	☒ AQUISIÇÃO ☐ SERVIÇO ☐ OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	☐ Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 ☒ Licitação de Ampla Participação.	
Prazo para envio da Proposta Adequada/Documentação: 02(duas) HORAS.		
INFORMAÇÕES		
Pregoeiro(a): Rosinete Rodrigues Barros Duarte,		e-mail: cplmirador2021@gmail.com .
Endereço: Rua Jornalista Mauritonio Meire, 22 - Centro - CEP 65.850-000.		
OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo disposições em contrário.		
DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA		
As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.		
Referências da Parte Geral	Item	Definições da Parte Específica
MODO DE DISPUTA	7.10.	☐ ABERTO ☒ ABERTO E FECHADO ☐ FECHADO E ABERTO
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	2.	☒ POR GRUPO ☐ POR ITEM ☐ POR GRUPO, e POR ITEM. ☐ GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	3.	☒ MENOR PREÇO: Intervalo de R\$ 0,01 . ☐ MAIOR DESCONTO: Intervalo de % ____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	4.1.	☒ REGISTRO DE PREÇOS. Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82. ☐ INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
VALIDADE DA PROPOSTA		A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública. a) Proposta de preços deverá constar discriminação detalhada de todos os itens do objeto, marca/modelo (quando couber), o tipo, e a quantidade solicitada.
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item
CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO (admita a atualização para esta data através de índices oficiais)	17.	☒ Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, de: ☒ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; ☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente. ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. ☐ Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		
DEMAIS DOCUMENTOS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência
LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS:	SEÇÃO XV	☐ NÃO ☒ SIM
POSSIBILIDADE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	SEÇÃO XV	☒ NÃO ☐ SIM
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	SEÇÃO XII	☒ NÃO ☐ SIM – Prazo para entrega da amostra na forma do item ____ do Termo de Referência
VISITA TÉCNICA:	SEÇÃO XIII	☒ NÃO ☐ SIM, FACULTATIVA , na forma do item ____ do Termo de Referência
PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
GARANTIA DE PROPOSTA		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência , Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação no percentual de 1%(um por cento) do valor estimado para a contratação nas modalidades de que trata §



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

		1º do art. da Lei 14.133/2021, A apresentação da garantia da proposta será concomitantemente ao envio da proposta de preços na licitação, nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021.No caso de caução em dinheiro o valor deverá ser recolhido na seguinte conta: Banco do Brasil, Agência 5150-0, Conta Corrente 2789-8 (TRIBUTOS). A GARANTIA SERÁ EXECUTADA caso o licitante participe da licitação e “desista” de assinar o contrato, diretamente, através da recusa, ou indiretamente, através da não apresentação dos documentos necessários durante o certame.
GARANTIA DE CONTRATO		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
ANEXOS	47.8.	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II – Planilha Orçamentária; Anexo III- Minuta da Ata de Registro de Preços; Anexo IV - Minuta do Contrato.
		OBSERVAÇÕES:

PARTE GERAL

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição/serviços do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Termo de Referência e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. A Parte Específica determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

2.1. MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.2. MENOR PREÇO POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE e POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO/LOTE, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.4. MENOR PREÇO GLOBAL.

3. A Parte Específica determinará o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

3.1. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO II - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. No campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital consta os dados orçamentários referentes a contratação.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no portal de compras da prefeitura, qual seja, <https://www.licitamiradorma.com.br/>.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.4. Não poderão disputar esta licitação:

5.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.4.3. empresa, isoladamente responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

5.5. O impedimento de que trata o item 5.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.4.2 e 5.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Caso a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

- 1.** Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;
- 2.** Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
- 3.** A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
- 4.** Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.
- 5.** O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:
 - a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem **4**.

6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira observada o disposto no item **1**;

9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

SEÇÃO IV - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será indicada no portal de compras.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.18. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.20. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.21. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.22. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.23. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"FECHADO E ABERTO"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

7.24. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.21, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.26. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.27. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.28. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.29. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.30. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.31. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.32. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.33. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.35. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

7.36. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação, do porte da entidade empresarial.

7.37. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.38. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.39. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.40. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.42. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.42.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.42.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.42.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.42.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.43. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

7.43.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.43.2. empresas brasileiras;

7.43.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.44.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.44.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.44.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.45. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.46. A não apresentação de documentação complementar e/ou proposta adequada dentro do prazo estabelecido ensejará na desclassificação da proposta.

7.47. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 05% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

8.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

8.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO X – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na IN SEGES nº 73/2022, podendo ser solicitado ao licitante a apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços para análise quanto a exequibilidade da proposta.

10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3. No caso de bens e serviços em geral, considerar-se-á a inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

10.3.1.1. Poderá ser aberto prazo para apresentação de planilha de custo e formação de preços, sob pena de desclassificação, à empresa que descumprir o item 10.3 do Edital, momento em que deverá demonstrar que o custo da empresa não ultrapassada o da proposta e que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha, no prazo de duas horas, por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

10.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.13. A sessão poderá ser suspensa para análise da proposta de preços e/ou da documentação de habilitação, momento em que deverá ser indicado a data e horário de retomada da sessão;

10.13.1. A remarcação da sessão, quando não divulgado no ato que a suspendeu, deverá respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a comunicação via sistema e a abertura da sessão;

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

11. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

11.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo designado no campo **"DADOS DO CERTAME"**, sob pena de inabilitação.

12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.1. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados para a Rua Jornalista Mauritonio Meire, 22 - Centro - CEP 65.850-000

13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

16. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a **Certidão Conjunta Negativa de Débitos** expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa quanto a Tributos Estaduais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa de Dívida Ativa relativa aos Tributos (ISS e TLVF) e apresentação do licenciamento para localização e Funcionamento empresarial;

f) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**;

g.1) As microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

g.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação;

g.3) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei;

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1) Publicados em **Diário Oficial** ou;

b.2) Publicados em **jornal** de grande circulação ou;

b.3) Registrados na **Junta Comercial** da sede ou domicílio do licitante ou;

b.4) Por cópia do **Livro Diário**, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma do artigo 6º, da IN nº 11 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - BREI, acompanhada obrigatoriamente dos **Termos de Abertura e de Encerramento**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

c) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a empresa deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;

d) A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Real ou Presumido** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTABIL, nos termos da INRFB 1.420/2013;

f) A pessoa jurídica optante pelo **Simples Nacional** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do termo de opção ao simples nacional;

g) **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta.

- *Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.*

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

18.1. As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na **Parte Específica** deste Edital.

18.2. Documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, para atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, de acordo com a natureza do objeto.

19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

19.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

22. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

23. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

24. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

25.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

26. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

SEÇÃO XII - DA AMOSTRA

27. A exigência de amostra será aquela discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

SEÇÃO XIII - DA VISITA TÉCNICA

28. A exigência de visita técnica será discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

28.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

SEÇÃO XIV - DO RECURSO

29. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

30. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

31. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

32. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

33. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

34. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

35. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

36. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

37. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

38. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

39. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

40. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

41. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

42. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

SEÇÃO XV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

43. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

43.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

43.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

43.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

43.2. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Portal da Transparência.

43.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

43.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

43.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

43.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

43.7. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a secretaria de Educação.

SEÇÃO XVI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

44. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

44.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

44.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

44.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

44.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

44.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

44.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

44.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

44.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

44.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

44.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

44.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XVII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

45. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

45.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

45.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

45.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

- 45.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 45.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 45.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 45.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

45.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

45.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

45.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

45.1.5. Fraudar a licitação.

45.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 45.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 45.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 45.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

45.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

45.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 45.2.1. advertência;
- 45.2.2. multa;
- 45.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 45.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

45.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 45.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 45.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 45.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 45.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

45.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

45.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

45.4.1. Para as infrações previstas nos itens 45.1.1 45.1.2a 45.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

45.4.2. Para as infrações previstas nos itens 45.1.4 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

45.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

45.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

45.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 45.1.1, 45.1.2 e 45.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

45.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 45.1.4 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 45.1.1 a 45.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

45.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 45.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

45.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

45.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

45.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

45.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

45.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

SEÇÃO XVIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

46. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

46.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

46.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portal de Compras <https://www.licitamiradorma.com.br/>.

46.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

46.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

47. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

47.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

47.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

47.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

47.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

47.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

47.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

47.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

47.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Planilha Orçamentária
ANEXO III	Ata de Registro de Preço
ANEXO IV	Minuta do Contrato

Mirador/MA, 15 de dezembro de 2025.

Maciel Marcos Feitosa Ferreira
Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de preços para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza hospitalar, equipamentos, descartáveis, coberturas obtuárias, equipamentos de proteção individual (EPIs) e antissépticos dermatológicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de saúde do Município de Mirador/MA, conforme especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência e seus anexos:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01 - Materiais de Limpeza Hospitalar					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Saco Xadrez Alvejado Para Limpeza em Geral 68cm x 44cm	UN	50	R\$ 15,51	R\$ 775,50
2	Álcool Gel 70% antisséptico indicado para uso nas mãos. Eficácia bactericida comprovada para cepas de Escherichia coli, Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa por laboratório certificado ABNT NBR ISO; com emoliente/hidratante e comprovação do teste dermatológico/HRIPT.	Bag 700g	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
3	Disco limpeza geral composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; diâmetro: 510mm; gramatura (g/100 cm2) = 13.0 +/- 1.5; espessura (mm) = 22.0 +/- 1.5.	UN	15	R\$ 82,91	R\$ 1.243,65
4	Sabonete antibacteriano 90g. Aromas diversos. Sabonete tablete, glicerina-sabonete; para higienização corporal. Embalado em papel de boa qualidade com protetor interno; peso 90g	UN	150	R\$ 4,83	R\$ 724,50
5	Selador hospitalar a base de resinas acrílicas.	BB 5L	25	R\$ 64,00	R\$ 1.600,00
6	Toalha para limpeza em microfibra, anti-risco, 40x40cm.	UN	80	R\$ 19,26	R\$ 1.540,80
7	Neutralizante líquido de resíduos químicos alcalinos e clorados à base de metabissulfato de sódio, indicado para todos os tecidos; com sequestrante especial para águas duras, acidulação e recuperação de roupas manchadas; dosagem mínima de 10mL à 15mL/Kg de roupa seca; temperatura: à frio; 100% de solubilidade; baixo nível de espuma; pH entre 3,0 e 5,0. Embalagem de 20L.	BB 20L	15	R\$ 176,74	R\$ 2.651,10
8	Detergente neutro concentrado com alto desempenho desengordurante para limpeza de superfícies laváveis em geral em cozinhas industriais; diluição 1%.	BB 5L	70	R\$ 95,33	R\$ 6.673,10
9	Detergente antiferruginoso desincrustante ácido, solução líquida decapante para limpeza pesada de utensílios e superfícies de alumínio, inox e pisos com ferrugem. Diluição 5%.	BB 5L	40	R\$ 148,86	R\$ 5.954,40
10	Diluidor de produtos concentrados para produto líquido e gel à partir de 0,5kgf/cm² de pressão de água; válvula anti- retorno com regulagem por tip ou parafuso.	UN	8	R\$ 164,00	R\$ 1.312,00
11	Detergente desengordurante utilizável em diversas superfícies como: pisos, paredes, plásticos, superfícies vitrificadas, metais e tecidos; com branqueador óptico, atenuador de espuma, leve odor, pH 8,00 a 9,50; solúvel em água na concentração 0,5% (1/200).	BB 5L	80	R\$ 141,92	R\$ 11.353,60
12	Limpador multiuso com álcool, para limpeza com poder desengordurante e emulsionante e levemente perfumado. Embalagem de 05 litros.	UN	40	R\$ 23,53	R\$ 941,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

13	Esponja dupla face para limpeza em geral de diversas superfícies, como copos, pratos, panelas, louças, talheres; 75x110x20mm.	UN	500	R\$ 2,30	R\$ 1.150,00
14	Detergente ácido, desincrustante de concretos, cimentos e argamassas; diluição a 1%.	BB 5L	40	R\$ 106,23	R\$ 4.249,20
15	Amaciante catiônico de base vegetal; com ação desembaraçadora de fibras e redutora da umidade residual nos tecidos; dosagem mínima de 4mL à 8 mL /Kg de roupa seca; temperatura: à frio; 100% de solubilidade; baixo nível de espuma; pH entre 4,0 e 5,0 com perfume suave. Embalagem de 50L.	BB 50L	10	R\$ 526,74	R\$ 5.267,40
16	Detergente em pó com tensoativo aniônico, alcalinizantes, branqueador óptico, coadjuvantes, sequestrante, sinergista, carga, enzima, corante, fragrância água. Componente ativo: Linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. Pacote com 500g.	PC	50	R\$ 42,19	R\$ 2.109,50
17	Sanitizante de alimentos pó a base de ácido dicloroisocianurato de sódio a 56%; 0,1% (1g/L).	1KG	20	R\$ 29,46	R\$ 589,20
18	Sabonete líquido com dispensação em espuma cremosa, estável e densa com hidratante, emolientes e perfume; pH fisiológico; bag 800ml.	UN	120	R\$ 34,67	R\$ 4.160,40
19	Sanitizante de uso geral perfumado solúvel em água formulado com princípio ativo biguanida polimérica; diluição de 1/100 para sanitização;	BB 5L	60	R\$ 1.366,67	R\$ 82.000,20
20	Multinseticida de uso doméstico, eficaz contra moscas, mosquitos, formigas e baratas. Desenvolvido em base aquosa; 350/185g; Taxa de Liberação: 60 a 100 g/min.	UN	50	R\$ 23,29	R\$ 1.164,50
21	Detergente alcalino à base de hidróxido de sódio com propriedades saponificantes e sequestrantes; reforçador na pré-lavagem e lavagem de roupas com sujidade pesada à base de proteínas como sangue e alimentos, medicamentos, óleos, gorduras e graxas de origem animal, mineral e vegetal; baixo nível de espuma; pH maior que 12,5. Dosagem mínima de 2,5mL à 8mL/ Kg de roupa seca. Embalagem de 50L.	BB 50L	15	R\$ 122,00	R\$ 1.830,00
22	Detergente alcalino e desinfetante à base de cloro alta espuma; para higienização e desinfecção de equipamentos e superfícies contendo gordura, proteínas, amidos e açúcares. Diluição 1%.	BB 5L	100	R\$ 42,73	R\$ 4.273,00
23	Detergente desincrustante alcalino remoção de gorduras carbonizadas e não carbonizadas em fornos, fogões, chapas, coifas e superfícies em geral; diluição 1/100.	BB 5L	20	R\$ 180,60	R\$ 3.612,00
24	Sanitizante/Alvejante à base de peróxido de hidrogênio, ácido acético e ácido peracético (mínimo 15%); baixo nível de espuma; pH <2; obrigatório laudo de ação antimicrobiana frente aos microorganismos staphylococcus aureus, salmonella enterica e escherichia coli, na diluição 0,1%, dosagem mínima de 8mL à 15 mL/Kg de roupa seca. Embalagem de 50L.	BB 50L	15	R\$ 18,98	R\$ 284,70
25	Impermeabilizante hospitalar acrílico termoplástico metalizado a base de água; resina acrílica metalizada e antiderrapante e não inflamável, para ambientes internos e com tráfego intenso, com suporte para sistema ultra high speed.	BB 5L	25	R\$ 39,18	R\$ 979,50
26	Detergente completo para umectação, pré-lavagem e lavagem em todos os tipos de fibras de tecidos; composto de tensoativo aniônico, alcalinizante, tensoativo não iônico, branqueador ótico, conservante e solvente glicólico; dosagem mínima de 4,0mL à 8 mL/Kg de roupa seca; 100% de solubilidade; médio nível de espuma; pH entre 7,0 e 8,0. Embalagem de 50L.	BB 50L	15	R\$ 111,99	R\$ 1.679,85
27	Detergente líquido para limpeza e proteção de superfícies vítreas em geral, com desembaçante; diluição a 10%.	BB 5L	35	R\$ 208,67	R\$ 7.303,45
28	Pano multiuso para limpeza e secagem de superfícies; descartável; 50% viscose e 50% poliéster; em rolo 35g/ m²; biodegradável; livre de bactéria; rolo 20cmx300m contendo 600panos de 20cmx50cm.	UN	25	R\$ 126,23	R\$ 3.155,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

29	Conservadora de pisos industrial 410mm Low Speed para conservação e limpeza de pisos Autovolt com leitura automática da rede elétrica.	UN	2	R\$ 2.848,98	R\$ 5.697,96
30	Álcool etílico líquido hidratado 70% p/p.	UN	80	R\$ 7,74	R\$ 619,20
31	Disco limpeza macia composto de manta não tecida de fibras sintéticas, unidas através de resina de alta resistência polimerizado, sem odor ou qualquer tipo de desprendimento; diâmetro: 510mm; gramatura (g/100 cm ²)= 13.0 +/- 1.5; espessura (mm) = 22.0 +/- 1.5.	UN	15	R\$ 95,58	R\$ 1.433,70
32	Odorizante de ambiente líquido com apresentação em ao menos seis fragrâncias à base de Cloreto de Benzalcônio, Tensoativo não-iônico, Solvente, Corante, Fragrância e Veículo Aquoso, com densidade 0,980g/cm ³ e pH 6 a 8; solúvel em água.	BB 5L	50	R\$ 19,67	R\$ 983,50
33	Soda cáustica cristalizada em escamas 98%, alcalino para desentupir e limpar. Frasco com 450g em PEAD (Polietileno de Alta Densidade).	UN	20	R\$ 34,66	R\$ 693,20
34	Removedor de resinas acrílicas orgânicas incrustadas, inodoro, alcalino, ação rápida com registro hospitalar.	BB 5L	24	R\$ 77,63	R\$ 1.863,12
35	Sabão glicerinado à base de Ácidos graxos de sebo bovino, óleo de soja e decôco/babaçu neutralizados, glicerina, fragrância, corante e água. Embalado em filme de Polietilenoimpresso. O produto deve cumprir as exigências determinadas em portaria do INMETRO (074/1995 e 096/2000).	PC	50	R\$ 16,05	R\$ 802,50
36	Sabonete Líquido Bactericida com dispensação em espuma com laudos dermatológicos e bactericida comprovada para cepas de Escherichia coli, Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa.	Bag 800ml	70	R\$ 19,27	R\$ 1.348,90
37	Tecido 100% algodão, embainhado nas laterais, absorvente, lavável e durável, na cor branca, para secagem de louças (pano de prato), medindo 70x50 cm, com etiqueta costurada informando o CNPJ do fabricante e a composição do tecido.	UN	80	R\$ 6,70	R\$ 536,00
38	Alvejante concentrado a base de cloro 12% utilizado no alvejamento de roupas em lavanderias hospitalares. Dosagem mínima de 3mL à 10 mL/Kg de roupa seca, Embalagem de 50L. Obrigatório laudo de ação antimicrobiana frente aos microorganismos staphylococcus aureus, salmonella enterica e escherichia coli.	BB 50L	15	R\$ 548,00	R\$ 8.220,00
39	Limpador de uso geral formulado a partir de tensoativos aniônicos e não iônicos com princípio ativo de ácido alquil sulfônico; produto solúvel em água na concentração de 0,25% (1/400)	BB 5L	30	R\$ 143,75	R\$ 4.312,50
40	Detergente para desincrustação e revitalização de peças e instrumentos metálicos; removedor de ferrugem, manchas, corrosões e placas de depósitos alcalinos de qualquer utensílio em aço inox; diluição 10%.	BB 5L	20	R\$ 283,43	R\$ 5.668,60
41	Detergente para pré limpeza dos equipamentos; impede a matéria orgânica secar; facilita a limpeza e higienização posterior nos equipamentos; para uso em blocos cirúrgicos, centro de endoscópios e outros locais onde a limpeza dos artigos cirúrgicos não é realizada imediatamente após o uso; mantém os artigos contaminados envoltos umedecidos, evitando a exposição de matéria orgânica.	SPRAY 1L	12	R\$ 41,20	R\$ 494,40
42	Desinfetante de alto nível a base de Ácido Peracético 0,2% compatível com ácido inoxidável séries 304 e 316, polietileno, polipropileno, PVC, nylon 6 e 66, ligas de alumínio séries 6262 e 2011, fibras ópticas, borrachas, vidros, porcelanas e tecido com 30 fitas testes.	BB 5L	20	R\$ 223,00	R\$ 4.460,00
43	Desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos com princípio ativo de Biguanida Polimérica e Quaternário de Amônia de 5ª geração solúvel em água na concentração 0,25% (1/400).	BB 5L	20	R\$ 857,33	R\$ 17.146,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

44	Limpador associado de 5 enzimas (Protease, liquenase, amilase, carbohidrase, lipase) para redução de matéria orgânica em artigos com ação proteolítica; para limpeza manual ou automatizada de canulados, endoscópios, fibroscópios e demais instrumentais médico-cirúrgicos e artigos odontológicos. Atividades mínimas proteolítica e amiolítica: .0,10 UP.mL ⁻¹ min. ⁻¹ / 0,09 UA.mL ⁻¹ min. ⁻¹ ; diluição 0,2%.	BB 5L	24	R\$ 311,67	R\$ 7.480,08
45	Lubrificante para instrumentos, protetor contra ferrugem e oxidação livre de óleos de silicone, baseado em óleos minerais neutros; isento de silicone; densidade máxima: 0,7700 g/cm ³ (+/-0,05)	FR 500ML	25	R\$ 150,93	R\$ 3.773,25
46	Detergente neutro para ambientes hospitalares - superfícies fixas e pré lavagem de instrumentais cirúrgicos; isento de corantes e essências; água utilizada para sua fabricação pura (desmineralizada e esterilizada por UV); diluição máxima 0,66%	BB 5L	20	R\$ 103,33	R\$ 2.066,60
47	Detergente alcalino para uso em lavadoras automáticas, termodesinfectoras e máquinas de ultrassom; possibilidade de uso em limpeza manual de instrumentais; inócuo a metais, borrachas, plásticos ou tubos corrugados; não residual após enxágue, não espumante e não corrosivo; dissolvente de sangue, tecidos e qualquer outro resíduo de todas as partes internas e externas dos instrumentos; Isento de hidróxido de sódio; diluição máxima 0,1%.	BB 5L	15	R\$ 129,23	R\$ 1.938,45
48	Emulsão lubrificante, inibidora de corrosão, destinada a prevenção de ferrugem, manchas e enrijecimento do instrumental cirúrgico, para uso em lavadora automática termodesinfectoras ou uso manual; não oleoso, livre de silicone; diluição até 0,3%.	BB 5L	12	R\$ 88,85	R\$ 1.066,20
49	Álcool etílico líquido hidratado 46° INPM.	UN	50	R\$ 31,83	R\$ 1.591,50
50	Decapante ácido, removedor de oxidação e manchas de auto- claves e instrumentos em geral para manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos.	BB 5L	20	R\$ 100,82	R\$ 2.016,40
51	Removedor de resíduos adesivos, para operações de rotulagem, colagem de etiquetas utilizadas em procedimentos de rastreabilidade de estabelecimentos de assistência à saúde; em óleo manufaturado de terpeno de laranja.	FR 250ML	25	R\$ 55,31	R\$ 1.382,75
52	Removedor de resíduos adesivos, para operações de rotulagem, colagem de etiquetas utilizadas em procedimentos de rastreabilidade de estabelecimentos de assistência à saúde; em óleo manufaturado de terpeno de laranja.	SPRAY 500ML	25	R\$ 55,31	R\$ 1.382,75

Valor Total Lote 01:

R\$ 239.506,66

Lote 02 - Equipamentos de limpeza

Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Dispensador de sabonete espuma para uso profissional em polipropileno para refil Bag Descartável de até 800ml; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 96,29	R\$ 2.888,70
2	Refil mop pó 60cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	30	R\$ 63,05	R\$ 1.891,50
3	Fibra limpeza pesada composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; tamanho: 100 x 230 mm; gramatura (g/100 cm ²) = 7.10 +/- 0.8; espessura (mm) = 15.5 +/- 1.5.	UN	180	R\$ 20,80	R\$ 3.744,00
4	Placa Sinalizadora em Polipropileno Injetado. Dimensões mínimas: largura 30cm x altura 62cm / posição de Uso: altura 57cm x entre faces 49cm	UN	5	R\$ 46,49	R\$ 232,45
5	Balde com capacidade para 16 litros para transporte de produtos e demais acessórios utilizados durante a limpeza de ambientes. Produzido em polipropileno de alta resistência com alça anatômica. Cores diferenciadas para prevenção contra a contaminação cruzada.	UN	10	R\$ 72,33	R\$ 723,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

6	Raspador multiuso com lâmina com dois lados (cortante e não cortante) em aço carbono; ponta para cabos com ponteira cônica e extensões telescópicas.	UN	5	R\$ 30,64	R\$ 153,20
7	Cabo de alumínio com punho, alta resistência Comprimento de 140cm, Diâmetro 22,2mm, Espessura 1mm e ponteiras 100% Polipropileno.	UN	40	R\$ 20,74	R\$ 829,60
8	Suporte haste garra produzida em polipropileno com trava para refis em poliacetal; cores: Vermelho, Amarelo e Verde.	UN	15	R\$ 84,16	R\$ 1.262,40
9	Vassoura caipira com cabo reforçada, cepa em palha medindo 41 cm de largura, 05 cm de espessura e 56 cm de altura, com cerdas de palha, tipo 5 fios e amarração com arame, cabo de madeira medindo 120 cm.	UN	100	R\$ 40,22	R\$ 4.022,00
10	Cabo extensor telescópico em alumínio anodizado e para até 9 metros de altura com encaixe para os acessórios de Limpeza.	UN	3	R\$ 169,56	R\$ 508,68
11	Disco limpeza pesada composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; diâmetro: 510mm; gramatura (g/100 cm ²) = 18.8 +/- 1.5; espessura (mm) = 22 +/- 1.5.	UN	15	R\$ 95,58	R\$ 659,85
12	Pulverizador de compressão prévia. Capacidade útil: 1L e Pressão Máxima: 3,0 bar (43,5 psi).	UN	10	R\$ 43,99	R\$ 955,80
13	Refil mop pó 80cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	30	R\$ 51,03	R\$ 1.530,90
14	Combinado de lavador e um limpador para vidros 25cm.	UN	5	R\$ 83,82	R\$ 419,10
15	Fibra limpeza geral composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; tamanho: 100 x 230 mm; gramatura (g/100cm ²) = 6.10 +/- 0.60; Espessura (mm) = 10.8 +/- 1.0.	UN	250	R\$ 7,93	R\$ 1.982,50
16	Conjunto Cabo, prolongador e a luva para aplicação de ceras e resinas dotado de sistema de fixação mola-trava e angulação de 180°	UN	5	R\$ 91,73	R\$ 458,65
17	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados. Com 2 rodas em plástico polipropileno (PP) copolímero e PVC. Com aro plástico confeccionado em polipropileno (PP) copolímero para fixação do saco de lixo	PC	3	R\$ 172,21	R\$ 516,63
18	Espanador Eletrostático indicado para limpeza seca; com efeito eletrostático; Cores: Azul, Amarelo, Vermelho.	UN	10	R\$ 35,67	R\$ 356,70
19	Armação mop pó 80cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 81,13	R\$ 811,30
20	Mop úmido ponta dobrada algodão 340g, produzido em algodão mínimo 85%; medidas mínimas: comprimento 84cm, largura cadaço central: 4cm, comprimento cadaço: 15cm, costura cadaço: 2cm; com cores distintas para uso em difeentes áreas.	UN	30	R\$ 20,98	R\$ 629,40
21	Conjunto balde espremedor; composto por 2 baldes plásticos com capacidade 16 litros cada, acoplados em um carro com rodas e um espremedor de pressão horizontal. Cores: azul e vermelho e carro cinza.	UN	8	R\$ 417,73	R\$ 3.341,84
22	Dispensador de álcool gel líquido para uso para uso profissional em polipropileno para refil Bag Descartável de até 800ml; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 89,68	R\$ 2.690,40
23	Refil mop pó 40cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 57,26	R\$ 572,60
24	Rodo com angulação do cabo produzido em alumínio e lâmina em borracha nitrílica removível 48cm.	UN	8	R\$ 78,61	R\$ 628,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

25	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados com ganchos para fixação do saco de lixo. Capacidade 25L.	PC	15	R\$ 122,67	R\$ 1.840,05
26	Vassoura multiuso com cabo 1,2m em madeira revestida e ponteira plástica.	UN	60	R\$ 20,14	R\$ 1.208,40
27	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados com ganchos para fixação do saco de lixo. Capacidade 15L.	PC	15	R\$ 63,65	R\$ 954,75
28	Suporte para Fibras LT em polipropileno de alta resistência. Cores diferenciadas para prevenção contra a contaminação cruzada.	UN	12	R\$ 35,00	R\$ 420,00
29	Refil mop pó 80cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	30	R\$ 52,71	R\$ 1.581,30
30	Escova oval multiuso cerdas nylon e cabo plástico.	UN	50	R\$ 9,34	R\$ 467,00
31	Escova sanitária, com suporte, cabo e base em polipropileno, cerdas em náilon sintético ou polipropileno, CERDAS: Comprimento mínimo (saliente) de 12cm e espessura média de 0,60mm, com fixação firme e resistente ao cabo, CABO: Altura aproximada 18cm.	UN	50	R\$ 15,23	R\$ 761,50
32	Mop úmido ponta dobrada algodão 300g, produzido em algodão mínimo 85%; medidas mínimas: comprimento 84cm, largura cadaço central: 4cm, comprimento cadaço: 15cm, costura cadaço: 2cm.	UN	30	R\$ 89,33	R\$ 2.679,90
33	Fibra limpeza macia composto de manta não tecida de fibras sintéticas, unidas através de resina de alta resistência polimerizado, sem odor ou qualquer tipo de desprendimento; tamanho: 100 x 230 mm; gramatura (g/100cm ²) = 4.10 +/- 0.5; Espessura (mm) = 12.3 +/- 1.0.	UN	250	R\$ 7,60	R\$ 1.900,00
34	Armação mop pó 40cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 61,96	R\$ 619,60
35	Pá para coleta para lixo, basculante, em polipropileno e com cabo de alumínio. Para recolhimento onde existem transito de pessoas. Cores: amarelo, azul, vermelho, preto.	UN	8	R\$ 20,17	R\$ 161,36
36	Balde com capacidade para 4 litros para transporte de produtos e demais acessórios utilizados durante a limpeza de ambientes. Produzido em polipropileno de alta resistência com alça anatômica. Cores diferenciadas para prevenção contra a contaminação cruzada.	UN	20	R\$ 9,89	R\$ 197,80
37	Armação mop pó 60cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 78,99	R\$ 789,90
38	Carro funcional produzido em polipropileno de alta resistência para a limpeza profissional. Transporta materiais para maior eficiência na limpeza e na remoção de lixo. Disponível com tampa e bolsa com zíper ou sem zíper. Capacidade máxima 100kg.	UN	4	R\$ 1.050,89	R\$ 4.203,56
39	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados com ganchos para fixação do saco de lixo. Capacidade 60L.	PC	30	R\$ 108,75	R\$ 3.262,50
40	Rodo de alumínio 60cm com cabo 1,5 M com alças de reforço para limpeza profissional.	UN	12	R\$ 40,64	R\$ 487,68
Valor Total Lote 02:					R\$ 53.345,68
Lote 03 - Descartáveis					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

1	Saco preto para descarte de lixo comum 100L, dimensões mínimas 75x105cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	CT	150	R\$ 101,45	R\$ 15.217,50
2	Papel higiênico em rolo 9cmx300m. 100% celulose virgem. Caixa com 8 rolos. Gramatura mínima 16g/m². Alvura mínima 85%.	FD	150	R\$ 172,55	R\$ 25.882,50
3	Touca de proteção sanfonada em formato de tiras fabricada em tecido não tecido (TNT), soldada eletronicamente por ultrassom, com elástico simples, atóxico, isenta de látex, descartável, de uso único, com registro ANVISA.	PC C/ 100 UN	70	R\$ 34,00	R\$ 2.380,00
4	Dispensador de papel Higiênico Rolão de até 500m para uso profissional em polipropileno; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 33,33	R\$ 999,90
5	Papel Alumínio, folha metálica, com medidas aproximadas de 45cm x 7,5m.	UN	60	R\$ 8,33	R\$ 499,80
6	Papel Toalha para Cozinha 19x22cm, gofrado, picotado, folha dupla, dois rolos, 120 toalhas.	PC	120	R\$ 6,49	R\$ 778,80
7	Papel toalha Interfolhado com 1000 folhas. 20x20cm. 2 dobras. Em fardo plástico 100% celulose virgem com laudos microbiológicos.	FD	3.000	R\$ 26,56	R\$ 79.680,00
8	Lençol de papel descartável para forração de macas em rolo; 20g/m²; 100% celulose virgem branco: 70cmx50m	UN	120	R\$ 15,64	R\$ 1.876,80
9	Papel Toalha em Bobina 100% celulose virgem 20cmx200m gramatura mínima 18g/m² com laudos microbiológicos. Caixa com 6 rolos.	CX	100	R\$ 147,58	R\$ 14.758,00
10	Papel higiênico em rolo 10cmx30m. 100% celulose virgem. Pacote com 4 rolos. Gramatura mínima 18g/m². Alvura mínima 86%.	PC	400	R\$ 9,12	R\$ 3.648,00
11	Dispensador de papel interfolhado para uso profissional em polipropileno; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 57,49	R\$ 1.724,70
12	Saco para descarte de material infectante nos padrões exigidos pelo MP para casos suspeitos de COVID-19 e regidos pela ABNT 50L espessura 0,05 tamaho 63x80 vermelho.	PC	20	R\$ 26,27	R\$ 525,40
13	Saco para descarte de lixo infectante 100L, dimensões mínimas 75x105cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	PC	80	R\$ 43,12	R\$ 3.449,60
14	Saco para descarte de material infectante nos padrões exigidos pelo MP para casos suspeitos de COVID-19 e regidos pela ABNT 100L espessura 0,07 tamaho 75x105 vermelho.	PC	20	R\$ 58,63	R\$ 1.172,60
15	Saco preto para descarte de lixo comum 40L, dimensões mínimas 59x62cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	CT	250	R\$ 21,00	R\$ 5.250,00
16	Saco para descarte de lixo infectante 50L, dimensões mínimas 63x80cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	PC	70	R\$ 26,05	R\$ 1.823,50
17	Saco preto para descarte de lixo comum 60L, dimensões mínimas 63x80cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	PC	100	R\$ 51,08	R\$ 5.108,00

Valor Total Lote 03:

R\$ 164.775,10

Lote 04 - Coberturas Obituárias

Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Cobertura obituária plástica P 50x100x0,12	UN	24	R\$ 19,91	R\$ 477,84
2	Cobertura obituária plástica G 90x200x0,15	UN	24	R\$ 19,91	R\$ 477,84
3	Cobertura obituária plástica RN 30x60x0,10	UN	24	R\$ 20,93	R\$ 502,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

4	Cobertura obituária plástica GG 90x210x0,20	UN	24	R\$ 17,22	R\$ 413,28
5	Cobertura obituária plástica M 60x150x0,15	UN	24	R\$ 15,53	R\$ 372,72
Valor Total Lote 04:					R\$ 2.244,00

Lote 05 - Equipamento de proteção individual (EPI)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Luva de segurança para proteção das mãos confeccionadas em látex, com antiderrapante na face palmar e dedos, forrada internamente em algodão, com punho picotado, anatômicas e impermeáveis.	CX	80	R\$ 28,33	R\$ 2.266,40
2	Máscara tripla fabricada em tecido não tecido (TNT), com clipe nasal, duas camadas de proteção, livre de látex, atóxico, descartável, de uso único.	CX C/ 100 UN	70	R\$ 39,12	R\$ 2.738,40
3	Luva de segurança confeccionada em látex de borracha natural reforçada com banho de látex sintético (neoprene), anatômica, sem virola, forrada internamente com flocos de algodão, com antiderrapante na face palmar e dedos, reutilizável, produto de acordo com as normas de proteção contra riscos mecânicos (normas BS EN 388 e EN 420).	CX	60	R\$ 25,82	R\$ 1.549,20
4	Bota de segurança em PVC branca, com cano longo, cano com estrias laterais, solado em borracha antiderrapante.	PR	20	R\$ 41,67	R\$ 833,40
Valor Total Lote 05:					R\$ 7.387,40

Lote 06 - Antissépticos dermatológicos

Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Pvpi alcoólico (tintura)- acondicionado. Deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem 1 l	UN	500	R\$ 56,75	R\$ 28.375,00
2	Pvpi aquoso (tópico) - acondicionado deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem 1l	UN	350	R\$ 85,75	R\$ 30.012,50
3	Pvpi degermante - acondicionado. Deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem 1l	UN	500	R\$ 82,74	R\$ 41.370,00
4	Gluconato de clorexidina 0,5% alcoólico antiséptico dermatológico para uso hospitalar, fácil deslacre e se for de sistema de tampa com furador. Deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem de 1000 ml.	UN	100	R\$ 15,34	R\$ 1.534,00
5	Gluconato de clorexidina 1% aquoso – antiséptico dermatológico para uso hospitalar 1l	UN	700	R\$ 16,10	R\$ 11.270,00
6	Gluconato de clorexidina 2 a 4% 1l	UN	500	R\$ 52,32	R\$ 26.160,00
7	Água oxigenada 10 volumes em embalagem âmbar. Embalagem de 1000 ml.	UN	300	R\$ 15,41	R\$ 4.623,00
8	Solução de éter alcoolizado - removedor de curativo, composta de éter etílico e álcool etílico, 35% de éter v/v, 96% de álcool etílico v/v. Deve atender a rdc e recomendações da anvisa. Embalagem 1 l	UN	200	R\$ 37,33	R\$ 7.466,00
9	Solução de formol inibido de 37% 50l	UN	10	R\$ 431,67	R\$ 4.316,70
10	Solução de aldeído 0,1% 350ml - solução para irrigação de feridas composta de 0,1% de undecilaminopropilbetaina, 0,1% de polihexanida e 99,8% de água purificada 350ml	UN	100	R\$ 126,77	R\$ 12.677,00
11	Escova com clorexidine 2 a 4%. Deve atender a rdc 199 de 26/10/2006. Caixa com 48 und.	UN	30	R\$ 4,03	R\$ 120,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

12	Kit desinfetante de alto nível, à base de Glutaraldeído 2,5%, indicado para a desinfecção de equipamentos, de artigos semicríticos incluindo endoscópios e instrumentais utilizados em odontologia; propriedades microbiológicas: Bactericida, Micobactericida, Fungicida e esporocida. + Inativador de glutaraldeído.	BB 5L	20	R\$ 104,63	R\$ 2.092,60
Valor Total Lote 06:					R\$ 170.017,70
VALOR TOTAL LOTES:					R\$ 637.534,49

1.2. As especificações constantes deste Termo de Referência constituem parâmetros mínimos de qualidade e desempenho, admitindo-se o fornecimento de produtos de boa qualidade, com características semelhantes ou superiores, desde que atendam plenamente à finalidade pública e às condições de uso previstas.

1.3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior a cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como finalidade adquirir materiais de limpeza hospitalar, equipamentos, descartáveis, coberturas obtuárias, equipamentos de proteção individual (EPIs) e antissépticos dermatológicos, destinados às unidades de saúde do Município de Mirador/MA, a fim de garantir condições adequadas de higiene, assepsia, segurança e biossegurança no ambiente hospitalar e ambulatorial.

2.2. A contratação visa suprir de forma imediata e adequada as necessidades operacionais dos serviços públicos de saúde, garantindo o atendimento às demandas das unidades e evitando riscos sanitários e epidemiológicos decorrentes da falta de produtos adequados para limpeza, assepsia e controle de infecções.

2.3. Os produtos objeto deste Termo de Referência são de uso essencial e consumo eventual, sendo empregados em procedimentos de higienização de áreas críticas e semicríticas, assepsia de superfícies e equipamentos, bem como na proteção dos profissionais que atuam diretamente nas unidades de saúde.

2.4. Ademais, a aquisição possibilitará a modernização e padronização dos insumos utilizados, assegurando maior eficiência na gestão de materiais e adequação às exigências sanitárias vigentes, conforme disposto nas RDC nº 50/2002 e RDC nº 222/2018 da ANVISA, que tratam, respectivamente, das condições de infraestrutura dos serviços de saúde e do gerenciamento de resíduos.

2.5. Ressalta-se que o processo licitatório será conduzido sob a forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, o que permitirá a aquisição futura dos itens registrados conforme a necessidade da Administração, sem caracterizar fornecimento contínuo, mas sim aquisição pontual sob demanda.

2.6. A formação de grupos ou lotes no presente Termo de Referência fundamenta-se no princípio



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

da economicidade e da eficiência, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e tem como objetivo garantir melhor organização da contratação, ampliar a competitividade e otimizar os resultados do processo licitatório.

2.7. A estruturação em grupos/lotas distintos foi definida com base em critérios técnicos e funcionais, considerando a natureza, a finalidade e o uso dos materiais, de forma a evitar a concentração excessiva de itens sob responsabilidade de um único fornecedor, o que poderia restringir a competitividade e elevar os custos da contratação.

2.8. O agrupamento seguiu o princípio do parcelamento do objeto, previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que recomenda a divisão do objeto licitado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública.

3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

3.2. O fornecimento do objeto **SERÁ PARCELADO** em conformidade com o disposto no Estudo Técnico Preliminar.

3.3. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

3.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

3.3.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

3.3.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

3.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

3.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

3.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

3.3.8. No caso de atividade subordinada a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

3.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.4.

3.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.

3.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.4.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

3.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

3.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei,

3.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.4.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

3.4.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

3.4.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

3.4.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

3.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

3.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

- Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

3.5.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

3.5.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

3.5.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

3.5.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

3.5.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

3.6. COMPROVAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS:

3.6.1. Para cada item ofertado, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, todos os certificados, laudos e atestados técnicos exigidos nas especificações constantes da Planilha de Itens. A documentação deverá ser emitida por laboratório competente, quando aplicável, e comprovar integralmente cada requisito descrito no item correspondente, sob pena de desclassificação da proposta.

4. DAS AMOSTRAS

4.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

licitante vencedora.

5. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência será realizada **sob demanda**, conforme necessidade e cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ocorrer nas unidades de ensino ou no almoxarifado central do Município de Mirador/MA.

5.2. Os produtos deverão ser entregues em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 17h, exceto feriados e pontos facultativos, mediante agendamento prévio com a Coordenação de Logística da Secretaria.

5.3. Após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a contratada deverá realizar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, salvo prorrogação expressamente autorizada pela Administração em razão devidamente justificada.

5.4. No ato da entrega, será realizada conferência física e documental dos produtos por servidor designado, com verificação de quantidade, integridade das embalagens, rotulagem, data de validade e conformidade com a nota fiscal e o pedido.

5.5. Ocorrerá após análise detalhada da conformidade técnica dos materiais com as especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência. O aceite será formalizado mediante atesto do servidor responsável, lavrado em documento próprio, que será anexado ao processo de pagamento.

5.6. A Administração se reserva o direito de recusar qualquer produto que, a seu juízo técnico, não atenda às especificações previstas ou apresente dano, defeito, irregularidade de rotulagem, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outro vício que comprometa sua utilização segura no ambiente hospitalar.

5.7. Cada embalagem deverá conter, de forma legível e indelével, as seguintes informações: nome do produto, marca, lote, número de registro na ANVISA (quando aplicável), data de fabricação, prazo de validade e instruções de uso;

5.8. Estar em perfeitas condições de uso, novos e dentro do prazo de validade mínima de 12 (doze) meses;

5.9. Atendimento às normas da ANVISA e ABNT, no que tange à higiene, rotulagem, composição e validade;

5.10. Estar em embalagens originais e lacradas de fábrica, com rótulos legíveis e completos;

5.11. Estar de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na nota de empenho.

5.12. O transporte dos materiais será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo eventuais despesas com frete, seguro, carga e descarga, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.13. A conferência será feita por servidor responsável no ato da entrega. O recebimento será:

5.14. Provisório, no momento da entrega, com verificação da quantidade e das condições dos produtos;

5.15. Definitivo, após análise técnica para confirmar se os produtos atendem a todas as exigências do edital e deste Termo de Referência.

5.16. Caso algum item esteja em desacordo com as exigências, a empresa será notificada para retirar e substituir o produto no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem custos adicionais para a Administração.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber os moveis no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2. Fornecer, conforme solicitação da contratante, todos os produtos constantes na Ata de Registro de Preços, nas quantidades, prazos, locais e condições especificadas no Termo de Referência, no edital e em seus anexos;

7.3. Entregar os produtos rigorosamente dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;

7.4. Garantir que todos os materiais fornecidos: sejam novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de uso e funcionamento; estejam dentro do prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da entrega; As embalagens deverão ser originais de fábrica, com rótulos legíveis contendo todas as informações exigidas por normas sanitárias (composição, fabricante, lote, data de fabricação e validade), observando-se ainda as exigências da ANVISA, quando aplicável.

7.5. Arcar com todas as despesas relativas ao transporte, frete, seguro, tributos, encargos trabalhistas e demais custos necessários para a entrega dos materiais nos locais indicados pela contratante, não sendo admitido qualquer ônus adicional à Administração Pública;

7.6. Substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer item que for recusado pela Administração, por estar em desacordo com as especificações ou apresentar vícios, defeitos, danos ou irregularidades;

7.7. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da eventual contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

7.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação, inclusive por falhas, defeitos ou vícios dos produtos entregues;

7.9. Cumprir todas as normas de saúde, segurança e higiene vigentes, especialmente as aplicáveis ao uso infantil e ao ambiente educacional;

7.10. Observar fielmente os princípios da legalidade, moralidade, eficiência, boa-fé e transparência, no cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração Pública;

7.11. Facilitar e permitir o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, fornecendo prontamente quaisquer documentos, informações ou esclarecimentos que lhe forem solicitados pela equipe de fiscalização;

7.12. Assumir integral responsabilidade por seus empregados, prepostos, fornecedores e subcontratados (se houver), inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

civis.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
- 9.5.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).
- 9.6.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.
- 10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.
- 10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ nº 06.140.818/0001-96

eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 10.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 10.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = ***$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

11. DO REAJUSTE.

11.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa,
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização- PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

14.1. Sustentabilidade: A aquisição objeto desta licitação obedecerá as práticas que minimizem os impactos ambientais, priorizamos a colaboração com fornecedores que, mesmo em escala menor, demonstram um compromisso genuíno com a redução dos impactos ambientais através do uso de materiais recicláveis, como plástico reciclado ou madeira certificada e materiais não tóxicos, e que buscam obter certificações de sustentabilidade conforme suas capacidades. Reconhecendo as limitações inerentes ao contexto de nosso município, valorizamos o esforço dos fornecedores em adotar práticas sustentáveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente, mas também proporcionam um ambiente de aprendizado mais saudável e consciente para todos os envolvidos. A conservação ambiental e o desenvolvimento social de forma justa e adaptada às nossas realidades locais. Considerando a realidade de um município pequeno, onde maiorias de seus fornecedores podem enfrentar dificuldades para cumprir com normas de sustentabilidade federais rigorosas, os requisitos estão adaptados para promover práticas ambientais e sociais responsáveis de forma acessível.

14.2. Indicação de marcas e modelos: não será necessário a indicação de marcas e modelos.

14.3. Exigência de amostra: não será necessária a apresentação de amostra.

14.4. Carta de Solidariedade: não será necessária a apresentação da Carta de Solidariedade

15. DA VIGÊNCIA DA ATA E DA ADESÃO POR ORGÃO NÃO PARTICIPANTES.

15.1. O prazo da vigência da ata de registro de preços será de 1(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposto no caput do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Os órgão e entidades que não participarem do procedimento, **NÃO** poderão aderir a ata de registro de preços na condição de não participantes.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução/fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre a Secretaria e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4. A Secretaria poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. Após a assinatura do contrato, a Secretaria poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução/fornecimento do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

17. GESTOR DO CONTRATO

17.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento/serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução/fornecimento do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.4. Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

17.5. Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade de acompanhamento, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;

17.6. Encaminhar para conhecimento e providências da unidade demandante questões relevantes que, por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;

17.7. Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

17.8. Possuir obrigatoriamente, conhecimentos sobre o objeto da contratação, para acompanhar a execução de contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME, EPP E MEI

18.1. Em cumprimento ao disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, a Planilha de Preços e Quantitativos e o instrumento convocatório devem conter informação expressa sobre a existência de **GRUPOS** ou **ITENS EXCLUSIVOS** (até R\$ 80.000,00) e **COTA RESERVADA** (acima de R\$ 80.000,00 com reserva de até 25%) para contratação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, desde que comprovem esta condição nos termos do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

18.2. A existência de ITENS EXCLUSIVOS e ITENS COTA RESERVADA não impede a contratação das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI para os ITENS COTA PRINCIPAL.

18.3. Não havendo vencedor para COTA RESERVADA, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da COTA PRINCIPAL, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da COTA PRINCIPAL.

18.4. Se uma mesma empresa vencer a COTA RESERVADA e a COTA PRINCIPAL, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.

18.5. Considerando que se trata de licitação por Sistema de Registro de Preço com entregas parceladas, será garantida a prioridade de aquisição dos produtos das COTAS RESERVADAS, ressalvados os casos em que a COTA RESERVADA for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82.

Mirador – MA, 05 de novembro de 2025.

Marinete Rodrigues da Costa
Assessora Especial da Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

FLS. Nº _____
PROC. Nº 047//2025
RUBRICA: _____

ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01 - Materiais de Limpeza Hospitalar					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Saco Xadrez Alvejado Para Limpeza em Geral 68cm x 44cm	UN	50	R\$ 15,51	R\$ 775,50
2	Álcool Gel 70% antisséptico indicado para uso nas mãos. Eficácia bactericida comprovada para cepas de Escherichia coli, Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa por laboratório certificado ABNT NBR ISO; com emoliente/hidratante e comprovação do teste dermatológico/HRIPT.	Bag 700g	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
3	Disco limpeza geral composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; diâmetro: 510mm; gramatura (g/100 cm ²) = 13.0 +/- 1.5; espessura (mm) = 22.0 +/- 1.5.	UN	15	R\$ 82,91	R\$ 1.243,65
4	Sabonete antibacteriano 90g. Aromas diversos. Sabonete tablete, glicerina-sabonete; para higienização corporal. Embalado em papel de boa qualidade com protetor interno; peso 90g	UN	150	R\$ 4,83	R\$ 724,50
5	Selador hospitalar a base de resinas acrílicas.	BB 5L	25	R\$ 64,00	R\$ 1.600,00
6	Toalha para limpeza em microfibra, anti-risco, 40x40cm.	UN	80	R\$ 19,26	R\$ 1.540,80
7	Neutralizante líquido de resíduos químicos alcalinos e clorados à base de metabissulfato de sódio, indicado para todos os tecidos; com sequestrante especial para águas duras, acidulação e recuperação de roupas manchadas; dosagem mínima de 10mL à 15mL/Kg de roupa seca; temperatura: à frio; 100% de solubilidade; baixo nível de espuma; pH entre 3,0 e 5,0. Embalagem de 20L.	BB 20L	15	R\$ 176,74	R\$ 2.651,10
8	Detergente neutro concentrado com alto desempenho desengordurante para limpeza de superfícies laváveis em geral em cozinhas industriais; diluição 1%.	BB 5L	70	R\$ 95,33	R\$ 6.673,10
9	Detergente antiferruginoso desincrustante ácido, solução líquida decapante para limpeza pesada de utensílios e superfícies de alumínio, inox e pisos com ferrugem. Diluição 5%.	BB 5L	40	R\$ 148,86	R\$ 5.954,40
10	Diluidor de produtos concentrados para produto líquido e gel à partir de 0,5kgf/cm ² de pressão de água; válvula anti- retorno com regulagem por tip ou parafuso.	UN	8	R\$ 164,00	R\$ 1.312,00
11	Detergente desengordurante utilizável em diversas superfícies como: pisos, paredes, plásticos, superfícies vitrificadas, metais e tecidos; com branqueador óptico, atenuador de espuma, leve odor, pH 8,00 a 9,50; solúvel em água na concentração 0,5% (1/200).	BB 5L	80	R\$ 141,92	R\$ 11.353,60
12	Limpador multiuso com álcool, para limpeza com poder desengordurante e emulsionante e levemente perfumado. Embalagem de 05 litros.	UN	40	R\$ 23,53	R\$ 941,20
13	Esponja dupla face para limpeza em geral de diversas superfícies, como copos, pratos, panelas, louças, talheres; 75x110x20mm.	UN	500	R\$ 2,30	R\$ 1.150,00
14	Detergente ácido, desincrustante de concretos, cimentos e argamassas; diluição a 1%.	BB 5L	40	R\$ 106,23	R\$ 4.249,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

15	Amaciante catiônico de base vegetal; com ação desembaraçadora de fibras e redutora da umidade residual nos tecidos; dosagem mínima de 4mL à 8 mL /Kg de roupa seca; temperatura: à frio; 100% de solubilidade; baixo nível de espuma; pH entre 4,0 e 5,0 com perfume suave. Embalagem de 50L.	BB 50L	10	R\$ 526,74	R\$ 5.267,40
16	Detergente em pó com tensoativo aniônico, alcalinizantes, branqueador óptico, coadjuvantes, sequestrante, sinergista, carga, enzima, corante, fragrância e água. Componente ativo: Linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. Pacote com 500g.	PC	50	R\$ 42,19	R\$ 2.109,50
17	Sanitizante de alimentos pó a base de ácido dicloroisocianurato de sódio a 56%; 0,1% (1g/L).	1KG	20	R\$ 29,46	R\$ 589,20
18	Sabonete líquido com dispensação em espuma cremosa, estável e densa com hidratante, emolientes e perfume; pH fisiológico; bag 800ml.	UN	120	R\$ 34,67	R\$ 4.160,40
19	Sanitizante de uso geral perfumado solúvel em água formulado com princípio ativo biguanida polimérica; diluição de 1/100 para sanitização;	BB 5L	60	R\$ 1.366,67	R\$ 82.000,20
20	Multinseticida de uso doméstico, eficaz contra moscas, mosquitos, formigas e baratas. Desenvolvido em base aquosa; 350/185g; Taxa de Liberação: 60 a 100 g/min.	UN	50	R\$ 23,29	R\$ 1.164,50
21	Detergente alcalino à base de hidróxido de sódio com propriedades saponificantes e sequestrantes; reforçador na pré-lavagem e lavagem de roupas com sujidade pesada à base de proteínas como sangue e alimentos, medicamentos, óleos, gorduras e graxas de origem animal, mineral e vegetal; baixo nível de espuma; pH maior que 12,5. Dosagem mínima de 2,5mL à 8mL/ Kg de roupa seca. Embalagem de 50L.	BB 50L	15	R\$ 122,00	R\$ 1.830,00
22	Detergente alcalino e desinfetante à base de cloro alta espuma; para higienização e desinfecção de equipamentos e superfícies contendo gordura, proteínas, amidos e açúcares. Diluição 1%.	BB 5L	100	R\$ 42,73	R\$ 4.273,00
23	Detergente desincrustante alcalino remoção de gorduras carbonizadas e não carbonizadas em fornos, fogões, chapas, coifas e superfícies em geral; diluição 1/100.	BB 5L	20	R\$ 180,60	R\$ 3.612,00
24	Sanitizante/Alvejante à base de peróxido de hidrogênio, ácido acético e ácido peracético (mínimo 15%); baixo nível de espuma; pH <2; obrigatório laudo de ação antimicrobiana frente aos microorganismos staphylococcus aureus, salmonella enterica e escherichia coli, na diluição 0,1%, dosagem mínima de 8mL à 15 mL/Kg de roupa seca. Embalagem de 50L.	BB 50L	15	R\$ 18,98	R\$ 284,70
25	Impermeabilizante hospitalar acrílico termoplástico metalizado a base de água; resina acrílica metalizada e antiderrapante e não inflamável, para ambientes internos e com tráfego intenso, com suporte para sistema ultra high speed.	BB 5L	25	R\$ 39,18	R\$ 979,50
26	Detergente completo para umectação, pré-lavagem e lavagem em todos os tipos de fibras de tecidos; composto de tensoativo aniônico, alcalinizante, tensoativo não iônico, branqueador ótico, conservante e solvente glicólico; dosagem mínima de 4,0mL à 8 mL/Kg de roupa seca; 100% de solubilidade; médio nível de espuma; pH entre 7,0 e 8,0. Embalagem de 50L.	BB 50L	15	R\$ 111,99	R\$ 1.679,85
27	Detergente líquido para limpeza e proteção de superfícies vítreas em geral, com desembaçante; diluição a 10%.	BB 5L	35	R\$ 208,67	R\$ 7.303,45
28	Pano multiuso para limpeza e secagem de superfícies; descartável; 50% viscose e 50% poliéster; em rolo 35g/ m²; biodegradável; livre de bactéria; rolo 20cmx300m contendo 600panos de 20cmx50cm.	UN	25	R\$ 126,23	R\$ 3.155,75
29	Conservadora de pisos industrial 410mm Low Speed para conservação e limpeza de pisos Autovolt com leitura automática da rede elétrica.	UN	2	R\$ 2.848,98	R\$ 5.697,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

30	Álcool etílico líquido hidratado 70% p/p.	UN	80	R\$ 7,74	R\$ 619,20
31	Disco limpeza macia composto de manta não tecida de fibras sintéticas, unidas através de resina de alta resistência polimerizado, sem odor ou qualquer tipo de desprendimento; diâmetro: 510mm; gramatura (g/100 cm ²)= 13.0 +/- 1.5; espessura (mm) = 22.0 +/- 1.5.	UN	15	R\$ 95,58	R\$ 1.433,70
32	Odorizante de ambiente líquido com apresentação em ao menos seis fragrâncias à base de Cloreto de Benzalcônio, Tensoativo não-iônico, Solvente, Corante, Fragrância e Veículo Aquoso, com densidade 0,980g/cm ³ e pH 6 a 8; solúvel em água.	BB 5L	50	R\$ 19,67	R\$ 983,50
33	Soda cáustica cristalizada em escamas 98%, alcalino para desentupir e limpar. Frasco com 450g em PEAD (Polietileno de Alta Densidade).	UN	20	R\$ 34,66	R\$ 693,20
34	Removedor de resinas acrílicas orgânicas incrustadas, inodoro, alcalino, ação rápida com registro hospitalar.	BB 5L	24	R\$ 77,63	R\$ 1.863,12
35	Sabão glicerinado à base de Ácidos graxos de sebo bovino, óleo de soja e decôco/babaçu neutralizados, glicerina, fragrância, corante e água. Embalado em filme de Polietilenoimpresso. O produto deve cumprir as exigências determinadas em portaria do INMETRO (074/1995 e 096/2000),	PC	50	R\$ 16,05	R\$ 802,50
36	Sabonete Líquido Bactericida com dispensação em espuma com laudos dermatológicos e bactericida comprovada para cepas de Escherichia coli, Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa.	Bag 800ml	70	R\$ 19,27	R\$ 1.348,90
37	Tecido 100% algodão, embainhado nas laterais, absorvente, lavável e durável, na cor branca, para secagem de louças (pano de prato), medindo 70x50 cm, com etiqueta costurada informando o CNPJ do fabricante e a composição do tecido.	UN	80	R\$ 6,70	R\$ 536,00
38	Alvejante concentrado a base de cloro 12% utilizado no alvejamento de roupas em lavanderias hospitalares. Dosagem mínima de 3mL à 10 mL/Kg de roupa seca, Embalagem de 50L. Obrigatório laudo de ação antimicrobiana frente aos microorganismos staphylococcus aureus, salmonella enterica e escherichia coli.	BB 50L	15	R\$ 548,00	R\$ 8.220,00
39	Limpador de uso geral formulado a partir de tensoativos aniônicos e não iônicos com princípio ativo de ácido alquil sulfônico; produto solúvel em água na concentração de 0,25% (1/400)	BB 5L	30	R\$ 143,75	R\$ 4.312,50
40	Detergente para desincrustação e revitalização de peças e instrumentos metálicos; removedor de ferrugem, manchas, corrosões e placas de depósitos alcalinos de qualquer utensílio em aço inox; diluição 10%.	BB 5L	20	R\$ 283,43	R\$ 5.668,60
41	Detergente para pré limpeza dos equipamentos; impede a matéria orgânica secar; facilita a limpeza e higienização posterior nos equipamentos; para uso em blocos cirúrgicos, centro de endoscópios e outros locais onde a limpeza dos artigos cirúrgicos não é realizada imediatamente após o uso; mantém os artigos contaminados envoltos umedecidos, evitando a exposição de matéria orgânica.	SPRAY 1L	12	R\$ 41,20	R\$ 494,40
42	Desinfetante de alto nível a base de Ácido Peracético 0,2% compatível com ácido inoxidável séries 304 e 316, polietileno, polipropileno, PVC, nylon 6 e 66, ligas de alumínio séries 6262 e 2011, fibras ópticas, borrachas, vidros, porcelanas e tecido com 30 fitas testes.	BB 5L	20	R\$ 223,00	R\$ 4.460,00
43	Desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos com princípio ativo de Biguanida Polimérica e Quaternário de Amônia de 5ª geração solúvel em água na concentração 0,25% (1/400).	BB 5L	20	R\$ 857,33	R\$ 17.146,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

44	Limpador associado de 5 enzimas (Protease, liquenase, amilase, carbohidrase, lipase) para redução de matéria orgânica em artigos com ação proteolítica; para limpeza manual ou automatizada de canulados, endoscópios, fibroscópios e demais instrumentais médico-cirúrgicos e artigos odontológicos. Atividades mínimas proteolítica e amiolítica: .0,10 UP.mL ⁻¹ min. ⁻¹ / 0,09 UA.mL ⁻¹ min. ⁻¹ ; diluição 0,2%.	BB 5L	24	R\$ 311,67	R\$ 7.480,08
45	Lubrificante para instrumentos, protetor contra ferrugem e oxidação livre de óleos de silicone, baseado em óleos minerais neutros; isento de silicone; densidade máxima: 0,7700 g/cm ³ (+/-0,05)	FR 500ML	25	R\$ 150,93	R\$ 3.773,25
46	Detergente neutro para ambientes hospitalares - superfícies fixas e pré lavagem de instrumentais cirúrgicos; isento de corantes e essências; água utilizada para sua fabricação pura (desmineralizada e esterilizada por UV); diluição máxima 0,66%	BB 5L	20	R\$ 103,33	R\$ 2.066,60
47	Detergente alcalino para uso em lavadoras automáticas, termodesinfectoras e máquinas de ultrassom; possibilidade de uso em limpeza manual de instrumentais; inócuo a metais, borrachas, plásticos ou tubos corrugados; não residual após enxágue, não espumante e não corrosivo; dissolvedor de sangue, tecidos e qualquer outro resíduo de todas as partes internas e externas dos instrumentos; Isento de hidróxido de sódio; diluição máxima 0,1%.	BB 5L	15	R\$ 129,23	R\$ 1.938,45
48	Emulsão lubrificante, inibidora de corrosão, destinada a prevenção de ferrugem, manchas e enrijecimento do instrumental cirúrgico, para uso em lavadora automática termodesinfectoras ou uso manual; não oleoso, livre de silicone; diluição até 0,3%.	BB 5L	12	R\$ 88,85	R\$ 1.066,20
49	Álcool etílico líquido hidratado 46° INPM.	UN	50	R\$ 31,83	R\$ 1.591,50
50	Decapante ácido, removedor de oxidação e manchas de auto- claves e instrumentos em geral para manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos.	BB 5L	20	R\$ 100,82	R\$ 2.016,40
51	Removedor de resíduos adesivos, para operações de rotulagem, colagem de etiquetas utilizadas em procedimentos de rastreabilidade de estabelecimentos de assistência à saúde; em óleo manufaturado de terpeno de laranja.	FR 250ML	25	R\$ 55,31	R\$ 1.382,75
52	Removedor de resíduos adesivos, para operações de rotulagem, colagem de etiquetas utilizadas em procedimentos de rastreabilidade de estabelecimentos de assistência à saúde; em óleo manufaturado de terpeno de laranja.	SPRAY 500ML	25	R\$ 55,31	R\$ 1.382,75
Valor Total Lote 01:					R\$ 239.506,66
Lote 02 - Equipamentos de limpeza					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Dispensador de sabonete espuma para uso profissional em polipropileno para refil Bag Descartável de até 800ml; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 96,29	R\$ 2.888,70
2	Refil mop pó 60cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	30	R\$ 63,05	R\$ 1.891,50
3	Fibra limpeza pesada composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; tamanho: 100 x 230 mm; gramatura (g/100 cm ²) = 7.10 +/- 0.8; espessura (mm) = 15.5 +/- 1.5.	UN	180	R\$ 20,80	R\$ 3.744,00
4	Placa Sinalizadora em Polipropileno Injetado. Dimensões mínimas: largura 30cm x altura 62cm / posição de Uso: altura 57cm x entre faces 49cm	UN	5	R\$ 46,49	R\$ 232,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

5	Balde com capacidade para 16 litros para transporte de produtos e demais acessórios utilizados durante a limpeza de ambientes. Produzido em polipropileno de alta resistência com alça anatômica. Cores diferenciadas para prevenção contra a contaminação cruzada.	UN	10	R\$ 72,33	R\$ 723,30
6	Raspador multiuso com lâmina com dois lados (cortante e não cortante) em aço carbono; ponta para cabos com ponteira cônica e extensões telescópicas.	UN	5	R\$ 30,64	R\$ 153,20
7	Cabo de alumínio com punho, alta resistência Comprimento de 140cm, Diâmetro 22,2mm, Espessura 1mm e ponteiras 100% Polipropileno.	UN	40	R\$ 20,74	R\$ 829,60
8	Suporte haste garra produzida em polipropileno com trava para refis em poliacetal; cores: Vermelho, Amarelo e Verde.	UN	15	R\$ 84,16	R\$ 1.262,40
9	Vassoura caipira com cabo reforçada, cepa em palha medindo 41 cm de largura, 05 cm de espessura e 56 cm de altura, com cerdas de palha, tipo 5 fios e amarração com arame, cabo de madeira medindo 120 cm.	UN	100	R\$ 40,22	R\$ 4.022,00
10	Cabo extensor telescópico em alumínio anodizado e para até 9 metros de altura com encaixe para os acessórios de Limpeza.	UN	3	R\$ 169,56	R\$ 508,68
11	Disco limpeza pesada composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; diâmetro: 510mm; gramatura (g/100 cm ²) = 18.8 +/- 1.5; espessura (mm) = 22 +/- 1.5.	UN	15	R\$ 95,58	R\$ 659,85
12	Pulverizador de compressão prévia. Capacidade útil: 1L e Pressão Máxima: 3,0 bar (43,5 psi).	UN	10	R\$ 43,99	R\$ 955,80
13	Refil mop pó 80cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	30	R\$ 51,03	R\$ 1.530,90
14	Combinado de lavador e um limpador para vidros 25cm.	UN	5	R\$ 83,82	R\$ 419,10
15	Fibra limpeza geral composta de manta não tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, polimerizado, sem odor; tamanho: 100 x 230 mm; gramatura (g/100cm ²) = 6.10 +/- 0.60; Espessura (mm) = 10.8 +/- 1.0.	UN	250	R\$ 7,93	R\$ 1.982,50
16	Conjunto Cabo, prolongador e a luva para aplicação de ceras e resinas dotado de sistema de fixação mola-trava e angulação de 180°	UN	5	R\$ 91,73	R\$ 458,65
17	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados. Com 2 rodas em plástico polipropileno (PP) copolímero e PVC. Com aro plástico confeccionado em polipropileno (PP) copolímero para fixação do saco de lixo	PC	3	R\$ 172,21	R\$ 516,63
18	Espanador Eletrostático indicado para limpeza seca; com efeito eletrostático; Cores: Azul, Amarelo, Vermelho.	UN	10	R\$ 35,67	R\$ 356,70
19	Armação mop pó 80cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 81,13	R\$ 811,30
20	Mop úmido ponta dobrada algodão 340g, produzido em algodão mínimo 85%; medidas mínimas: comprimento 84cm, largura cadaço central: 4cm, comprimento cadaço: 15cm, costura cadaço: 2cm; com cores distintas para uso em difeentes áreas.	UN	30	R\$ 20,98	R\$ 629,40
21	Conjunto balde espremedor; composto por 2 baldes plásticos com capacidade 16 litros cada, acoplados em um carro com rodas e um espremedor de pressão horizontal. Cores: azul e vermelho e carro cinza.	UN	8	R\$ 417,73	R\$ 3.341,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

22	Dispensador de álcool gel líquido para uso para uso profissional em polipropileno para refil Bag Descartável de até 800ml; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 89,68	R\$ 2.690,40
23	Refil mop pó 40cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 57,26	R\$ 572,60
24	Rodo com angulação do cabo produzido em alumínio e lâmina em borracha nitrílica removível 48cm.	UN	8	R\$ 78,61	R\$ 628,88
25	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados com ganchos para fixação do saco de lixo. Capacidade 25L.	PC	15	R\$ 122,67	R\$ 1.840,05
26	Vassoura multiuso com cabo 1,2m em madeira revestida e ponteira plástica.	UN	60	R\$ 20,14	R\$ 1.208,40
27	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados com ganchos para fixação do saco de lixo. Capacidade 15L.	PC	15	R\$ 63,65	R\$ 954,75
28	Suporte para Fibras LT em polipropileno de alta resistência. Cores diferenciadas para prevenção contra a contaminação cruzada.	UN	12	R\$ 35,00	R\$ 420,00
29	Refil mop pó 80cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	30	R\$ 52,71	R\$ 1.581,30
30	Escova oval multiuso cerdas nylon e cabo plástico.	UN	50	R\$ 9,34	R\$ 467,00
31	Escova sanitária, com suporte, cabo e base em polipropileno, cerdas em náilon sintético ou polipropileno, CERDAS: Comprimento mínimo (saliente) de 12cm e espessura média de 0,60mm, com fixação firme e resistente ao cabo, CABO: Altura aproximada 18cm.	UN	50	R\$ 15,23	R\$ 761,50
32	Mop úmido ponta dobrada algodão 300g, produzido em algodão mínimo 85%; medidas mínimas: comprimento 84cm, largura cadaço central: 4cm, comprimento cadaço: 15cm, costura cadaço: 2cm.	UN	30	R\$ 89,33	R\$ 2.679,90
33	Fibra limpeza macia composto de manta não tecida de fibras sintéticas, unidas através de resina de alta resistência polimerizado, sem odor ou qualquer tipo de desprendimento; tamanho: 100 x 230 mm; gramatura (g/100cm ²) = 4.10 +/- 0.5; Espessura (mm) = 12.3 +/- 1.0.	UN	250	R\$ 7,60	R\$ 1.900,00
34	Armação mop pó 40cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 61,96	R\$ 619,60
35	Pá para coleta para lixo, basculante, em polipropileno e com cabo de alumínio. Para recolhimento onde existem transito de pessoas. Cores: amarelo, azul, vermelho, preto.	UN	8	R\$ 20,17	R\$ 161,36
36	Balde com capacidade para 4 litros para transporte de produtos e demais acessórios utilizados durante a limpeza de ambientes. Produzido em polipropileno de alta resistência com alça anatômica. Cores diferenciadas para prevenção contra a contaminação cruzada.	UN	20	R\$ 9,89	R\$ 197,80
37	Armação mop pó 60cm para limpeza seca de áreas com efeito eletrostático sobre o pó.	UN	10	R\$ 78,99	R\$ 789,90
38	Carro funcional produzido em polipropileno de alta resistência para a limpeza profissional. Transporta materiais para maior eficiência na limpeza e na remoção de lixo. Disponível com tampa e bolsa com zíper ou sem zíper. Capacidade máxima 100kg.	UN	4	R\$ 1.050,89	R\$ 4.203,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

39	Cesto quadrado branco para descarte de resíduos em plástico polipropileno (PP) copolímero. Acionamento da tampa através de pedal para evitar eventual risco de contaminação. Haste e pedal em plástico resistente. Cantos arredondados com ganchos para fixação do saco de lixo. Capacidade 60L.	PC	30	R\$ 108,75	R\$ 3.262,50
40	Rodo de alumínio 60cm com cabo 1,5 M com alças de reforço para limpeza profissional.	UN	12	R\$ 40,64	R\$ 487,68
Valor Total Lote 02:					R\$ 53.345,68
Lote 03 - Descartáveis					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Saco preto para descarte de lixo comum 100L, dimensões mínimas 75x105cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	CT	150	R\$ 101,45	R\$ 15.217,50
2	Papel higiênico em rolo 9cmx300m. 100% celulose virgem. Caixa com 8 rolos. Gramatura mínima 16g/m². Alvura mínima 85%.	FD	150	R\$ 172,55	R\$ 25.882,50
3	Touca de proteção sanfonada em formato de tiras fabricada em tecido não tecido (TNT), soldada eletronicamente por ultrassom, com elástico simples, atóxico, isenta de látex, descartável, de uso único, com registro ANVISA.	PC C/ 100 UN	70	R\$ 34,00	R\$ 2.380,00
4	Dispensador de papel Higiênico Rolão de até 500m para uso profissional em polipropileno; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 33,33	R\$ 999,90
5	Papel Alumínio, folha metálica, com medidas aproximadas de 45cm x 7,5m.	UN	60	R\$ 8,33	R\$ 499,80
6	Papel Toalha para Cozinha 19x22cm, gofrado, picotado, folha dupla, dois rolos, 120 toalhas.	PC	120	R\$ 6,49	R\$ 778,80
7	Papel toalha Interfolhado com 1000 folhas. 20x20cm. 2 dobras. Em fardo plástico 100% celulose virgem com laudos microbiológicos.	FD	3.000	R\$ 26,56	R\$ 79.680,00
8	Lençol de papel descartável para forração de macas em rolo; 20g/m²; 100% celulose virgem branco: 70cmx50m	UN	120	R\$ 15,64	R\$ 1.876,80
9	Papel Toalha em Bobina 100% celulose virgem 20cmx200m gramatura mínima 18g/m² com laudos microbiológicos. Caixa com 6 rolos.	CX	100	R\$ 147,58	R\$ 14.758,00
10	Papel higiênico em rolo 10cmx30m. 100% celulose virgem. Pacote com 4 rolos. Gramatura mínima 18g/m². Alvura mínima 86%.	PC	400	R\$ 9,12	R\$ 3.648,00
11	Dispensador de papel interfolhado para uso profissional em polipropileno; acompanha chave de destravamento, trava, parafusos e buchas para instalação.	UN	30	R\$ 57,49	R\$ 1.724,70
12	Saco para descarte de material infectante nos padrões exigidos pelo MP para casos suspeitos de COVID-19 e regidos pela ABNT 50L espessura 0,05 tamanho 63x80 vermelho.	PC	20	R\$ 26,27	R\$ 525,40
13	Saco para descarte de lixo infectante 100L, dimensões mínimas 75x105cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	PC	80	R\$ 43,12	R\$ 3.449,60
14	Saco para descarte de material infectante nos padrões exigidos pelo MP para casos suspeitos de COVID-19 e regidos pela ABNT 100L espessura 0,07 tamanho 75x105 vermelho.	PC	20	R\$ 58,63	R\$ 1.172,60
15	Saco preto para descarte de lixo comum 40L, dimensões mínimas 59x62cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	CT	250	R\$ 21,00	R\$ 5.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

16	Saco para descarte de lixo infectante 50L, dimensões mínimas 63x80cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	PC	70	R\$ 26,05	R\$ 1.823,50
17	Saco preto para descarte de lixo comum 60L, dimensões mínimas 63x80cm e espessura de 0,30mm em polietileno. Testado em conformidade para: dimensões, estanqueidade, perfuração e capacidade volumétrica. Padrão ABNT.	PC	100	R\$ 51,08	R\$ 5.108,00
Valor Total Lote 03:					R\$ 164.775,10
Lote 04 - Coberturas Obtúrias					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Cobertura obituária plástica P 50x100x0,12	UN	24	R\$ 19,91	R\$ 477,84
2	Cobertura obituária plástica G 90x200x0,15	UN	24	R\$ 19,91	R\$ 477,84
3	Cobertura obituária plástica RN 30x60x0,10	UN	24	R\$ 20,93	R\$ 502,32
4	Cobertura obituária plástica GG 90x210x0,20	UN	24	R\$ 17,22	R\$ 413,28
5	Cobertura obituária plástica M 60x150x0,15	UN	24	R\$ 15,53	R\$ 372,72
Valor Total Lote 04:					R\$ 2.244,00
Lote 05 - Equipamento de proteção individual (EPI)					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Luva de segurança para proteção das mãos confeccionadas em látex, com antiderrapante na face palmar e dedos, forrada internamente em algodão, com punho picotado, anatômicas e impermeáveis.	CX	80	R\$ 28,33	R\$ 2.266,40
2	Máscara tripla fabricada em tecido não tecido (TNT), com clipe nasal, duas camadas de proteção, livre de látex, atóxico, descartável, de uso único.	CX C/ 100 UN	70	R\$ 39,12	R\$ 2.738,40
3	Luva de segurança confeccionada em látex de borracha natural reforçada com banho de látex sintético (neoprene), anatômica, sem virola, forrada internamente com flocos de algodão, com antiderrapante na face palmar e dedos, reutilizável, produto de acordo com as normas de proteção contra riscos mecânicos (normas BS EN 388 e EN 420).	CX	60	R\$ 25,82	R\$ 1.549,20
4	Bota de segurança em PVC branca, com cano longo, cano com estrias laterais, solado em borracha antiderrapante.	PR	20	R\$ 41,67	R\$ 833,40
Valor Total Lote 05:					R\$ 7.387,40
Lote 06 - Antissépticos dermatológicos					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	VLR Unt.	VLR Total
1	Pvpi alcoólico (tintura)- acondicionado. Deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem 1 l	UN	500	R\$ 56,75	R\$ 28.375,00
2	Pvpi aquoso (tópico) - acondicionado deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem 1l	UN	350	R\$ 85,75	R\$ 30.012,50
3	Pvpi degermante - acondicionado. Deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem 1l	UN	500	R\$ 82,74	R\$ 41.370,00
4	Gluconato de clorexidina 0,5% alcoólico antisséptico dermatológico para uso hospitalar, fácil deslacre e se for de sistema de tampa com furador. Deve atender rdcs e exigências da anvisa. Embalagem de 1000 ml.	UN	100	R\$ 15,34	R\$ 1.534,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

5	Gluconato de clorexidina 1% aquoso – antiséptico dermatológico para uso hospitalar 1l	UN	700	R\$ 16,10	R\$ 11.270,00
6	Gluconato de clorexidina 2 a 4% 1l	UN	500	R\$ 52,32	R\$ 26.160,00
7	Água oxigenada 10 volumes em embalagem âmbar. Embalagem de 1000 ml.	UN	300	R\$ 15,41	R\$ 4.623,00
8	Solução de éter alcoolizado - removedor de curativo, composta de éter etílico e álcool etílico, 35% de éter v/v, 96% de álcool etílico v/v. Deve atender a rdc e recomendações da anvisa. Embalagem 1 l	UN	200	R\$ 37,33	R\$ 7.466,00
9	Solução de formol inibido de 37% 50l	UN	10	R\$ 431,67	R\$ 4.316,70
10	Solução de aldeído 0,1% 350ml - solução para irrigação de feridas composta de 0,1% de undecilaminopropilbetaina, 0,1% de polihexanida e 99,8% de água purificada 350ml	UN	100	R\$ 126,77	R\$ 12.677,00
11	Escova com clorexidina 2 a 4%. Deve atender a rdc 199 de 26/10/2006. Caixa com 48 und.	UN	30	R\$ 4,03	R\$ 120,90
12	Kit desinfetante de alto nível, à base de Glutaraldeído 2,5%, indicado para a desinfecção de equipamentos, de artigos semicríticos incluindo endoscópios e instrumentais utilizados em odontologia; propriedades microbiológicas: Bactericida, Micobactericida, Fungicida e esporocida. + Inativador de glutaraldeído.	BB 5L	20	R\$ 104,63	R\$ 2.092,60
Valor Total Lote 06:					R\$ 170.017,70
VALOR TOTAL LOTES:					R\$ 637.534,49

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA** ____/MA, com sede na ____/MA, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de** _____, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, para atender as demandas do(a) _____, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025 – CPL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, e a respectiva homologação do **Processo Administrativo nº ____/2025**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para** _____, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de** _____ da Prefeitura Municipal de _____.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, **NÃO É PERMITIDA** a adesão de órgãos não participantes:

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado;
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

_____/MA, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal
ORGÃO GERENCIADOR

Representante legal
EMPRESA BENEFICIÁRIA

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
____/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

_____ DO MARANHÃO E A
EMPRESA _____.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ DO MARANHÃO, por intermédio da **Secretária Municipal de _____**, neste ato representada pelo Sr. _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, e a empresa _____, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº _____** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº _____/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de _____**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
R\$					

1.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

4. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da celebração do instrumento contratual.

5.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6. Conforme item 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7. Conforme item 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
- a. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 9.2. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- d. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- e. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 9.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

9.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

9.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

9.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

10.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

10.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.4.3. Indenizações e multas.

10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

10.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____:

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ nº 06.140.818/0001-96

13.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

15. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Mirador, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

_____/MA, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal
CONTRATANTE

Representante legal
CONTRATADO